

Ulysses e Richa criticam parlamentarismo já

BRASÍLIA — O comando do PMDB começa a rejeitar a tese de "parlamentarismo já", defendida no relatório do senador José Fogaça (PMDB-RS), e trabalha aceleradamente para que a reunião da bancada constituinte, na terça-feira, altere a tendência do partido por esse sistema de governo e fixe a continuidade do presidencialismo, com um mandato de cinco anos para o atual e futuros presidentes da República. A condenação do parlamentarismo como solução emergencial foi o principal ponto que uniu o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e o senador José Richa (PMDB-PR). Os dois defendem a discussão sobre essa forma de governo somente depois da consolidação da democracia e do consequente fortalecimento dos partidos e do Congresso.

"Apesar de termos ficado separados, existe agora uma total identificação entre nós", disse Richa, resumindo sua conversa com Ulysses no último sábado. O senador disse ter ficado "muito satisfeito" com a coincidência de opiniões entre ele e o presidente do partido. Ulysses disse basicamente a mesma coisa a um interlocutor comum, ou seja, que ele e Richa estão com a mesma visão sobre o momento político do país.

Confessando-se "pesaroso e angustiando" pelo fato de os problemas conjunturais estarem amassando os trabalhos da Constituinte, Richa manifestou sua preocupação com a realização da convenção extraordinária do PMDB em junho, quando o partido deverá discutir e votar a forma de governo.

A convenção, afirmou o senador, só deveria ser convocada quando o partido tivesse alternativas. "Se nós, que estamos aqui, vivendo diretamente os problemas, não temos posição firmada, imagine os companheiros que estão mais distantes", explicou.

O senador teme que, na época da convenção, a situação do país esteja mais grave, e o PMDB venha a tomar decisões em clima emocional, o que considera "muito ruim" para o país. Como a convenção, a esta altura, é irreversível, a expectativa de Richa é que a reunião da bancada na Constituinte consiga criar fatos novos, como o de reverter a tendência a favor do parlamentarismo.

"Noventa por cento da população não querem a implantação agora do parlamentarismo. Então, qualquer decisão sobre isso contraria a vontade da população. O parlamentarismo não deve ser adotado como solução emergencial. Não se instala o parlamentarismo apenas para resolver crises", ponderou o senador.

A coincidência de posições entre Ulysses e Richa já provocou o primeiro efeito: os partidários dos dois já começaram a articular um movimento dentro do PMDB para esvaziar a tese parlamentarista. O trabalho não envolve apenas a bancada da Constituinte, mas se estende também aos diretórios regionais. No próprio telegrama de convocação da convenção, Ulysses sugeriu às seções estaduais que realizem pesquisas e promovam debates sobre os temas para posterior envio das conclusões à comissão executiva nacional. A posição dos diretórios é que deverá servir de referência para a decisão da convenção.

Na pauta, "o coração da Constituinte"

BRASÍLIA — Na reunião realizada ontem com um grupo de parlamentares do PMDB, em sua residência oficial, o presidente do partido e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, deixou clara a disposição de minar a tendência pró-parlamentarismo. "Não adianta nada adotarmos uma forma de governo precária, que traga mais problemas, ao invés de solucionar os que já temos", afirmou.

— Como cidadão, sou favorável a um presidencialismo com a maior participação possível do parlamento. Mas este presidencialismo imperial é que não pode continuar — declarou Ulysses aos jornalistas, no final da reunião.

O deputado reconheceu que as opiniões em torno do sistema de governo são divergentes, dentro do PMDB, mas insistiu em que "não se deve marchar para um parlamentarismo ortodoxo". O encontro de ontem tinha como objetivo buscar consenso dentro do partido sobre o assunto, considerado por Ulysses Guimarães "o coração da Constituinte e da própria Constituição". Mas, de acordo com o senador Humberto Lucena, presidente do Senado, não houve decisão alguma.

Pacto — Apesar da ausência do senador José Fogaça, relator da Subcomissão do Poder Executivo, os participantes da reunião discutiram alterações no seu anteprojeto. Segundo Ulysses Guimarães, "a proposta de Fogaça tem uma conotação muito parlamentarista". Lucena admitiu a possibilidade de apresentação de uma emenda que "conciliasse o ponto de vista de Fogaça com o do PMDB", e o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) afirmou que o anteprojeto "não significa uma tendência do partido, mas sim uma opinião do relator".

Quanto ao pacto político entre o PMDB e os demais partidos, Ulysses informou que os líderes iniciarão as conversas. "Mas para isso é preciso uma pauta, e a Constituinte já é um ponto de partida", frisou. O líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique, afirmou que todos os partidos serão ouvidos, com o objetivo de se buscar uma "solidariedade política a um programa do governo que reverta a atual crise econômica".

Além do ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, amigo pessoal de Ulysses, participaram da reunião na manhã de ontem os senadores Humberto Lucena (PB), Mauro Benevides (CE) e Almir Gabriel (PA). E os deputados Luís Henrique (SC), Maurílio Ferreira Lima (PE) — que deu início às negociações com os pequenos partidos, no sábado —, Prisco Viana (BA), Antônio Mariz (RN), Heráclito Fortes (MG) e Cid Carvalho (MA). O procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, também esteve presente, mas garantiu que fora fazer "uma visita de cortesia" a Ulysses Guimarães.

Brito diz que povo está preocupado é com crise econômica

PORTO ALEGRE — A bancada do PMDB na Constituinte se reúne nesta terça-feira para debater uma proposta de aproximação do partido com a sociedade. Segundo o vice-líder Antônio Brito, se o PMDB não começar a debater logo a crise, corre o risco de ficar falando sozinho sobre temas como a Constituinte, o mandato do presidente e o sistema de governo. O deputado gaúcho visitou 30 cidades no interior do Rio Grande do Sul, na semana passada, e em todas elas verificou que a única preocupação das bases e lideranças é com a crise econômica.

Para Antônio Brito a discussão das questões políticas é importante, na medida em que elas podem viabilizar algumas soluções para a crise econômica. "Mas o PMDB que eu encontrei no interior é um PMDB perplexo e angustiado." Para o deputado Antônio Brito, o partido vem consumindo tempo e energia excessivos no debate político, deixando de lado a crise econômica, que é a principal preocupação do povo.

"É claro que sem a Constituinte não haverá futuro, mas o PMDB já está falando sozinho sem dar prioridade real ao enfrentamento da crise econômica. A reforma ministerial foi feita, os ministros trocaram suas equipes, e é hora de anunciar ao país um programa objetivo e prático que sinalize a economia e tranquilize a sociedade", observou Antônio Brito. Para o vice-líder do PMDB na Constituinte, a reunião de amanhã, da bancada, vai analisar principalmente o que o partido quer que o governo faça para abrir negociações com o Executivo. Ele ressaltou que qualquer tipo de negociação pressupõe um amplo apoio do PMDB ao presidente Sarney para adotar as medidas necessárias, "já que hoje o PMDB está afastado do governo porque o governo não faz o que o partido quer, e o governo não faz porque não tem o seu apoio".

Presidente do PMDB lança nova fórmula

BRASÍLIA — O sistema de governo idealizado pelo presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, finalmente tornou-se uma proposta concreta à Assembleia Constituinte. Ele está embutido nas sete emendas apresentadas ontem à Subcomissão do Poder Executivo, assinadas pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). Pela proposta, o primeiro-ministro seria um mero auxiliar do presidente da República, cujo mandato seria de cinco anos.

O conteúdo das emendas foi discutido durante todo o dia de ontem, na residência oficial de Ulysses Guimarães, por um grupo de parlamentares do PMDB. A redação final ficou a cargo do jurista Miguel Reale Júnior, assessor do presidente da Câmara. "As emendas não são da minha responsabilidade. Mas eu as endosso, politicamente, porque foram encomendadas pelo deputado Ulysses Guimarães", admitiu o próprio Maurílio Ferreira Lima.

Como nomear — O presidente do PMDB quer a adoção de um sistema de governo menos parlamentarista ainda do que o proposto pelo relator da subcomissão, senador José Fogaça (PMDB-RS). Nele, o poder executivo seria efetivamente exercido pelo presidente da República e o status do primeiro-ministro se equivaleria ao dos demais ministros de estado: o de simples auxiliar do presidente.

A nomeação e exoneração do primeiro-ministro seriam da competência privativa do presidente. Para indicá-lo, bastaria "consulta ao presidente ou aos presidentes dos partidos políticos que compuserem a maioria do Congresso Nacional". O Congresso teria dez dias para apreciar o nome e, caso a primeira e a segunda indicações fossem rejeitadas por maioria absoluta, o presidente teria "liberdade de nomear livremente o primeiro-ministro".

O presidente da República poderia exonerar o primeiro-ministro "em caso de fundada incompatibilidade", simplesmente comunicando o fato ao Congresso Nacional. Em dez dias o presidente deveria indicar o substituto. Somente seis meses após ser nomeado o primeiro-ministro poderia ser exonerado por iniciativa do Legislativo. Para tanto, o Congresso teria de aprovar, por maioria absoluta, "moção de censura". O mesmo critério estende-se aos demais ministros de Estado.

A proposta elaborada na residência de Ulysses — com a presença do procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence — cria o Conselho da República, presidido pelo presidente e composto pelo primeiro-ministro, os presidentes da Câmara e do Senado e os líderes da maioria do Congresso. A este conselho caberia ser ouvido em caso de haver rejeição de duas indicações de primeiro-ministro pelo Legislativo, para opinar sobre sua exoneração, apreciar necessidade de decretação do estado de alarme e do estado de sítio, declaração de guerra e conclusão de paz.

As diferenças entre as três propostas

BRASÍLIA — O parlamentarismo do deputado Ulysses Guimarães é um meio termo entre duas propostas já apresentadas na Constituinte: uma, com idéias do presidente José Sarney, assinada pelo deputado Borges da Silveira (PMDB-PR), e outra, do senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da Subcomissão do Poder Executivo. Ao adotar algumas idéias do parlamentarismo, as três propostas não deixaram de ter uma preocupação: manter o poder do presidente da República.

Enquanto o projeto de Borges da Silveira — o que tem idéias de Sarney — defende um mandato de seis anos para o presidente da República, Fogaça propõe quatro e está disposto a concordar com Ulysses, que agora, apresenta a tese de cinco anos. Nenhum dos três dá ao primeiro-ministro autonomia, embora Fogaça lhe dê mais espaço do que Ulysses e Sarney, que o deixam na posição de mero auxiliar do presidente da República.

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da mais importante comissão da Constituinte, a de Sistematização, já criticou a proposta de Fogaça porque ela não caracteriza o parlamentarismo e dá ao presidente da República poderes excessivos. Nas emendas com idéias de Sarney e de Ulysses, esses poderes são ainda maiores.



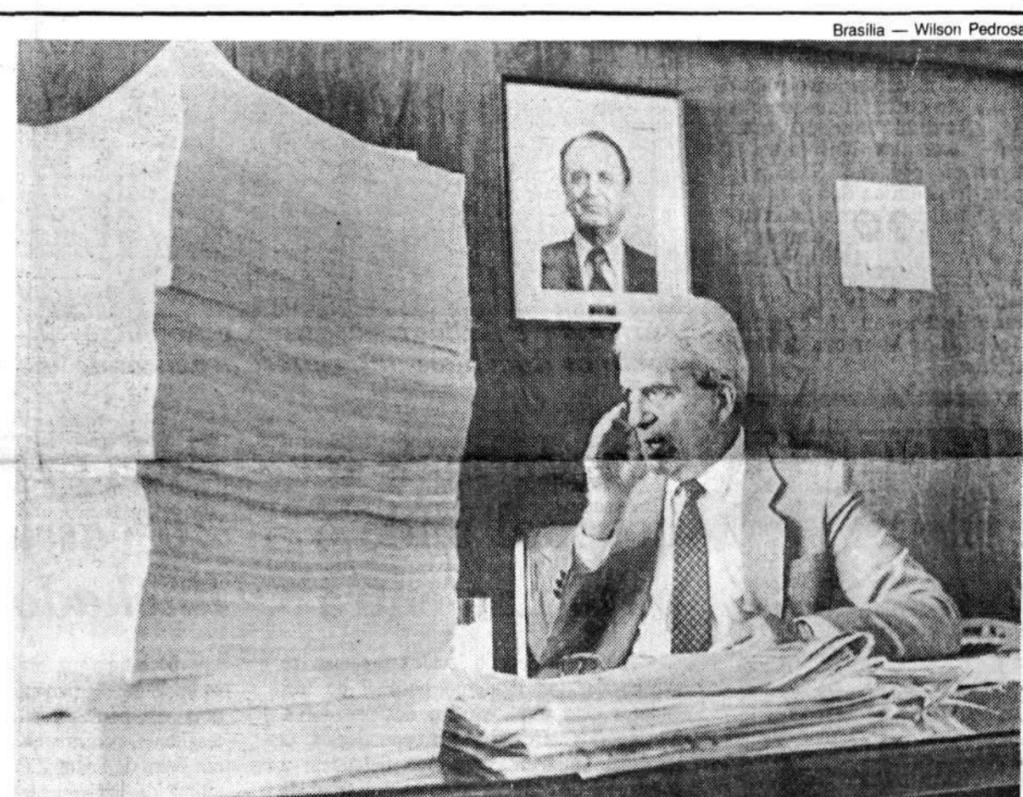
Ulysses: — Mandato presidencial de cinco anos
— Militares atingidos pela moção de desconfiança
— Mantém o vice-presidente
— O primeiro-ministro é mero auxiliar do presidente



Sarney: — Mandato de seis anos
— Poupa os militares da moção de desconfiança
— Extingue o vice-presidente
— O primeiro-ministro é simples auxiliar do presidente



Fogaça: — Mandato de quatro anos
— Moção de desconfiança inclui militares
— Mantém o vice-presidente
— Divisão de poderes entre o presidente e o primeiro-ministro



Brasília — Wilson Pedrosa

Amaral Neto faz questão de mostrar o volume de seu trabalho na Constituinte

Amaral não desiste da pena de morte

Abatida na primeira fase, proposta pode voltar à Constituinte

Brasília — Enrincado, numa pilha de propostas populares de 50 centímetros de altura e quase 60 quilos de peso, o deputado carioca e líder do PDS, Amaral Neto, foi um dos poucos parlamentares que ousaram defender, nesta fase de elaboração da futura constituição, um dos temas mais polêmicos: a pena de morte. Ele perdeu sua primeira batalha na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais, que não a incluiu em seu anteprojeto, mas já se prepara para uma nova ofensiva, desta vez mais agressiva, na Comissão de Sistematização. Se perder mais uma vez, voltará à carga na fase de emendas e em plenário.

"Vou brigar na Sistematização. Não tenho direito de voto nessa comissão, mas tenho o direito da palavra, que neste caso é bem mais importante. Se não conseguir, parto para o plenário, onde já tenho o apoio de mais de 70 parlamentares de diversos partidos", adiantou Amaral. Mas se a pena de morte tem um defensor ferrenho, isso não ocorre com a maioria dos temas de grande apelo popular, que tantas polémicas causaram nos debates políticos e pesquisas de opinião durante a última campanha eleitoral. Nenhum deputado ou senador arriscou-se a apresentar uma proposta de discriminação da maconha, por exemplo.

"Grande parte desses temas não é matéria constitucional", justificou o presidente da Subcomissão da Família, Menor e Idoso, deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES), que teve a dura tarefa de apaziguar os ânimos dos debates sobre o aborto.

Proscritos — Durante a campanha de 1986, as pesquisas eram repetitivas: você é a favor ou contra o

aborto, a legalização do jogo do bicho, a discriminação da maconha, a instituição da pena de morte? Muitos constituintes fizeram desses temas bandeiras de campanha, mas poucos os levaram para os debates das subcomissões. Amaral Neto é exceção e se respalda em nada menos que 4 mil 838 propostas populares encaminhadas à Mesa da Constituinte sobre o tema, das quais 85% são a favor da pena de morte.

"Esse assunto mobiliza a população. Ele só perdeu, por 64 propostas a menos, para a reforma agrária, que teve um lobby muito maior", disse o deputado, acrescentando que a "opção pela pena de morte independe de ideologia".

A população também se manifestou sobre o aborto. Foram 1 mil 581 propostas, das quais 780 favoráveis, 556 contrárias e o restante favorável em circunstâncias específicas. O deputado Chico Humberto (PDT-MG) arriscou-se a defender a liberação do aborto na Subcomissão da Família e foi crucificado por cinco parlamentares que são pastores evangelistas. "Foi um massacre do conservadorismo e hipocrisia social", lamentou.

A legislação do jogo não esquentou os debates. Chico Humberto tentou discutir o assunto na Subcomissão de Educação, mas o deputado Márcio Braga (PMDB-RJ) roubou-o para a de Ordem Econômica, com um argumento duvidoso: "Não fica bem para esta subcomissão, que trata de assuntos tão sérios", justificou. O deputado pedetista no entanto admitiu que a questão não é constitucional. "Quem tem que legalizar o jogo é uma legislação ordinária. Só defendo a discussão desses assuntos nesta fase porque seremos nós mesmos os responsáveis por essa legislação, e temos a obrigação de esgotar o assunto. Mesmo sob pena de nos arranharmos junto ao eleitorado", disse. A população, mais uma vez, não ficou indiferente. Enviou à Mesa 186 propostas favoráveis à legalização, e apenas 45 contrárias.

Maconha, não — A discrimi-

nalização da maconha, tese que ajudou a derrotar a candidatura do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB) à prefeitura de São Paulo, em 1985, não teve nenhum defensor entre os parlamentares, mas recebeu apoio de 186 propostas populares, das 944 encaminhadas à Constituinte sobre o assunto. Chico Humberto, que é o defensor de quase todos os temas "proscritos", é contrário a liberação da maconha. "Como médico, sei os efeitos de dependência que ela causa", afirmou.

Amaral Neto já se prepara para pressionar os parlamentares da Comissão de Sistematização para inclusão da pena de morte. "Defendo-a nos casos de assalto, estupro ou seqüestro, seguidos de morte", explicou o deputado, que articula um bloco de parlamentares para a apresentação da emenda em plenário. "Por ironia, fui eu quem indicou o relator da subcomissão que derrubou a pena de morte. Mas como líder não posso influenciar minha bancada para aprovação de uma proposta que defendo, como deputado."

O aborto não foi sequer citado pelo relator da subcomissão de Família, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA). "Isso é assunto de legislação ordinária", eximiu-se. Mas a deputada Rita Camata (PMDB-ES) apresentou uma emenda, "protegendo a vida desde sua concepção". "É um retrocesso, pois isso impedirá até o aborto nos casos terapêuticos ou por estupro", criticou Tinoco.

Apesar do roubo do tema, o jogo não foi discutido em nenhuma das três subcomissões da Ordem Econômica, nesta primeira etapa da Constituinte. Mas sabe-se que o deputado Márcio Braga ou o deputado Messias Soares (PMDB-RJ) não ficarão parados. Braga tem o braço direito Michel Asséf, representante do Flamengo na Confederação Brasileira de Futebol e advogado do banqueiro de bicho Castor de Andrade. Messias tem razões familiares: é filho do banqueiro de Duque de Caxias, Antônio Soares.